

ANEXO II

À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO
COMIDA E CULTURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2023

ESTATUTO SOCIAL

INSTITUTO COMIDA E CULTURA

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1 °. O **INSTITUTO COMIDA E CULTURA**, doravante denominado “**Instituto**”, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2 °. O **Instituto** tem sede na rua Félix Della Rosa, 606, Vila Anglo Brasileira, CEP 05028-060, São Paulo - SP, podendo manter dependências e representantes em qualquer lugar do território nacional, bem como podendo abrir e/ou encerrar filiais em outras cidades ou unidades da Federação, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 3 °. O prazo de duração do **Instituto** é indeterminado.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E ATIVIDADES

Artigo 4 °. O **Instituto** tem por finalidades sociais apoiar a reflexão e a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos, com foco em soluções pedagógicas integradas voltadas aos diferentes atores envolvidos no desenvolvimento integral humano, especialmente da infância e da adolescência, e na construção e disseminação de conteúdos diversos adaptados a diferentes públicos e faixas etárias, para fins de:

- a) atuar na educação e reeducação alimentar e nutricional, promovendo a segurança alimentar e nutricional promover a segurança alimentar e nutricional;
- b) promover gratuitamente a educação;
- c) promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- d) promover a formação profissional de educadores em temas afetos à alimentação;
- e) fomentar a implementação de políticas públicas que visem à garantia do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas;
- f) fortalecer a agricultura familiar e sua transição para agroecologia, a cadeia de produção de alimentos da biodiversidade e o desenvolvimento local ;
- g) realizar e promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas,

- e) bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir;
- f) rendimentos oriundos de aplicações financeiras;
- g) receitas eventuais decorrentes de eventos e ações promocionais;
- h) receitas originárias de seus bens, projetos, licenças, direitos de autor e patentes; e
- i) qualquer outra forma lícita que seja adequada ao disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Único. O Coordenador Executivo poderá rejeitar doações, legados, patrocínios, subvenções ou auxílios que impliquem em encargos ou gravames de qualquer espécie ao **Instituto** ou sejam contrários ao seu objeto social, à sua natureza ou à lei.

Artigo 9 °. O patrimônio e os recursos do **Instituto** deverão ser integralmente revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, dentro do território nacional, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou receita, a qualquer título, aos Associados, instituidores, benfeitores, dirigentes, conselheiros, empregados, doadores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente relacionada a ele.

Artigo 10 °. No caso de dissolução do **Instituto**, o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, preferencialmente com o objeto social semelhante ao da entidade, a ser escolhida e aprovada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV
DOS ASSOCIADOS

Artigo 11 . Participarão do quadro associativo um número ilimitado de associados, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que se propuserem a colaborar para consecução dos objetivos do **Instituto**, podendo ser assim designados:

- a) Associados Fundadores: aqueles que participaram diretamente do processo de constituição do **Instituto**, e assim designados na sua Ata de Constituição, bem como aqueles que ingressem nos quadros sociais em até 06 (seis) meses após a constituição do **Instituto** e desde que aprovados pelos Associados Fundadores que assinaram a Ata de constituição - com direito a voz e voto nas Assembleias Gerais.
- b) Associados Efetivos: aqueles que vierem a colaborar para o desenvolvimento das atividades do **Instituto**, ingressando nos quadros sociais após a sua constituição, mediante aprovação da maioria dos Associados Fundadores - com direito a voz e a voto nas Assembleias Gerais.
- c) Associados Colaboradores: aquelas pessoas que vierem a colaborar para o desenvolvimento das atividades do **Instituto**, incluindo, mas não se limitando a, recursos financeiros, ingressando nos quadros sociais após a aprovação da maioria dos Associados Fundadores - com direito a voz e sem direito a voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Único: Os Associados não perceberão qualquer parcela do patrimônio ou das receitas do **Instituto**, a qualquer título.

Artigo 12 . As pessoas interessadas em ingressar no quadro associativo do **Instituto** deverão solicitar sua inscrição à Coordenadoria Executiva, a qual será submetida à análise e aprovação dos Associados em Assembleia Geral.

Artigo 13 . A Assembleia Geral poderá criar diferentes classes de contribuições para diferentes categorias de Associados.

Seção I - Dos direitos e deveres

Artigo 14 . São direitos dos Associados:

- a) frequentar a sede do **Instituto**;
- b) participar de reuniões da Assembleia Geral, votar e ser votado em suas deliberações, observadas as disposições e exceções deste Estatuto Social;
- c) requerer sua demissão do quadro associativo;
- d) defender-se e apresentar recurso em Assembleia Geral, caso esteja em pauta sua exclusão;
- e) manifestar-se sobre os atos, decisões e atividades do **Instituto**;
- f) requerer a convocação de Assembleia Geral por meio da assinatura de 1/5 (um quinto) dos associados;
- g) candidatar-se aos cargos eletivos do **Instituto**, observadas as disposições deste Estatuto Social;
- h) ter acesso ao presente Estatuto Social, bem como ao Regimento Interno e demais políticas, manuais ou normas internas eventualmente estabelecidas pelo **Instituto**; e
- i) solicitar informações sobre a gestão administrativa e financeira e sobre o funcionamento do **Instituto**, tendo livre acesso aos relatórios de atividades e às demonstrações contábeis e financeiras.

Parágrafo Único. O associado que, de acordo com o item “c” do caput acima, por livre e espontânea vontade, desejar desligar-se do **Instituto** deverá fazê-lo mediante o envio de comunicação por escrito, dirigida à Coordenadoria Executiva, a qual promoverá o seu imediato desligamento e submeterá à simples homologação pela Assembleia Geral.

Artigo 15 . São deveres dos associados:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, observar e respeitar os regulamentos, deliberações e resoluções dos órgãos do **Instituto**;

- b) Manter confidencialidade sobre informações de trabalhos em andamento e/ou atividades e projetos do **Instituto** ainda não divulgadas a público;
- c) Cooperar para o seu desenvolvimento e difundir seus objetivos e ações, bem como para a conservação do seu patrimônio social e de sua reputação;
- d) Participar das reuniões para as quais forem convocados;
- e) Apresentar aos Coordenadores qualquer irregularidade verificada;
- f) Efetuar o pagamento das contribuições associativas estabelecidas pela Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto;
- g) Acatar as decisões dos órgãos de governança do Instituto, tomadas em respeito ao presente Estatuto Social e à lei; e
- h) Exercer responsavelmente as funções e os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados.

Parágrafo Único. Nenhum dos Associados ou membros de quaisquer de seus órgãos responde subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **Instituto**, exceto se agirem com dolo ou culpa no exercício dos deveres sociais, em excesso de mandato ou contra as disposições do presente Estatuto Social ou da lei.

Seção II – Das penalidades

Artigo 16 . Havendo justa causa, o associado poderá ser responsabilizado com advertência, suspensão ou, ainda, a depender da gravidade do ato, ser excluído do quadro associativo do **Instituto**, por decisão fundamentada da Coordenadoria Executiva, registrada em ata e mediante procedimento que assegure o direito ao contraditório e à ampla defesa, além da possibilidade de apresentação de recurso, nas seguintes hipóteses:

- a) agir contrariamente aos interesses sociais;
- b) usar o nome do **Instituto** para finalidades diversas dos objetivos sociais;
- c) descumprir as disposições estatutárias, regimentos ou qualquer deliberação dos órgãos do **Instituto**;
- d) deixar de participar da vida do **Instituto**, deixando de comparecer, por três vezes, sem justificativa, às reuniões para as quais foi convocado, dentro do prazo de 1 (um) ano;
- e) quando praticar qualquer ato em benefício próprio ou que implique em desabono ou descrédito do **Instituto** e de seus Associados;
- f) revelar informações confidenciais de trabalhos em andamento e/ou atividades e projetos do **Instituto**; e
- g) deixar de efetuar as contribuições associativas estabelecidas no prazo de um ano.

Artigo 21 . Compete à Assembleia Geral:

- a) eleger os membros da Coordenadoria Executiva, dos Conselhos Fiscal e Consultivo e os seus substitutos, a depender da conveniência do **Instituto**;
- b) destituir os membros da Coordenadoria Executiva, dos Conselhos Fiscal e Consultivo e eleger seus substitutos, a depender da conveniência do **Instituto**, garantida a ampla defesa;
- c) alterar o Estatuto Social, no todo ou em parte, inclusive no que se refere à sua administração;
- d) aprovar toda e qualquer alienação imobiliária;
- e) deliberar sobre fusão, cisão, incorporação ou participação do **Instituto** em outras pessoas jurídicas;
- f) deliberar sobre a dissolução do **Instituto**, quando for verificada a vontade dos Associados ou qualquer causa que impossibilite de forma definitiva a consecução de seu objeto social, bem como sobre a destinação de eventual patrimônio líquido remanescente;
- g) deliberar sobre a abertura e/ou encerramento de filiais e escritórios do **Instituto** em todo o território nacional;
- h) aprovar Regimento Interno, bem como de eventuais políticas, códigos, manuais ou normas internas para dispor sobre procedimentos administrativos, operacionais e financeiros do **Instituto**;
- i) estabelecer eventual valor e formas de pagamento da contribuição associativa, a qual poderá ser revista periodicamente;
- j) deliberar sobre recurso de associado em vias de exclusão;
- k) deliberar sobre a admissão de associados;
- l) homologar pedidos de demissão de associados;
- m) aprovar o relatório anual, as contas e o balanço anual apresentados pela Coordenadoria Executiva;
- n) fixar a orientação geral e aprovar o plano anual de atividades do **Instituto**, bem como o orçamento para o seu desenvolvimento
- o) deliberar sobre o desenvolvimento de novas atividades, além das previstas neste Estatuto Social;
- p) apreciar os pareceres e sugestões do Conselho Fiscal;
- q) homologar pedidos de renúncia dos membros do Conselho Fiscal ou do Conselho Consultivo;

- r) fixar a remuneração dos Coordenadores Executivos, respeitados como limite máximo os valores praticados pelo mercado em sua área de atuação, conforme artigo 22; e
- s) Deliberar sobre outros assuntos de interesse social e casos omissos neste Estatuto Social.

Parágrafo 1 Para deliberações a que se referem às alíneas “b” até “e” acima é exigida Assembleia especialmente convocada para o respectivo fim, respeitando-se, em primeira convocação, o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos Associados, e em segunda convocação, que se efetivará 1 (uma) hora depois, com a presença de, no mínimo, de 1/3 (um terço) dos Associados com poder de voto, sendo que as deliberações serão decididas pela maioria simples dos presentes, tanto em primeira, quanto em segunda convocação, desde que haja concordância da maioria dos Associados Fundadores.

Parágrafo 2 Para a dissolução do **Instituto** e determinação sobre a destinação do patrimônio remanescente será exigido quórum de 2/3 (dois terços) dos associados reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo 3 Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecer a totalidade de Associados.

Parágrafo 4 É competência exclusiva da Assembleia Geral deliberar sobre os critérios de eleição dos administradores.

Artigo 22 . A Assembleia Geral poderá instituir remuneração para os membros da Coordenadoria Executiva que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

Seção II - Da Coordenadoria Executiva

Artigo 23 . A Coordenadoria Executiva é o órgão responsável pela gestão executiva do **Instituto**, sendo composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros.

Parágrafo 1 A Coordenadoria Executiva será eleita pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleita.

Parágrafo 2 A Coordenadoria Executiva será eleita dentre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, não podendo ser eleitos aqueles que estejam incursos em quaisquer dos crimes que os impeçam de atuar na qualidade de dirigentes executivos.

Artigo 24 . A Coordenadoria Executiva será composta dos seguintes membros: Coordenador Geral, Coordenador Institucional, Coordenador Pedagógico e das Relações Étnico- raciais, Coordenador de Comunicação e Coordenador de Engajamento.

Parágrafo 1 Serão eleitos sempre, no mínimo, Coordenador Geral, Coordenador Institucional e Coordenador Pedagógico e das Relações Étnico-raciais.

- a) realizar pesquisa, concepção da metodologia e do conteúdo programático, na perspectiva de prestigiar a inclusão de direitos e transversalidade de temas nos projetos do **Instituto**;
- b) desenvolver materiais didáticos e a sistematização dos processos de aprendizagem;

- c) promover aprofundamento da abordagem prática pedagógica das relações étnico-raciais, dialogando com todas as áreas do conhecimento;
- d) atuar em conjunto e em complementação com os demais Coordenadores sempre que necessário; e
- e) nomear procuradores, mediante outorga de procuração, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 30 . Compete ao Coordenador de Comunicação:

- a) elaborar estratégia e promover a comunicação interna e externa de programas, projetos, iniciativas, em linha com a missão, visão e valores do **Instituto**;
- b) viabilizar a interação entre a organização e seus colaboradores, bem como fornecedores, beneficiários, público-alvo e investidores;
- c) atuar em conjunto e em complementação com os demais Coordenadores sempre que necessário.

Artigo 31 . Compete ao Coordenador de Engajamento:

- a) realizar a comunicação e interlocução entre os diversos atores relacionados aos projetos do **Instituto**, de forma a gerar sensibilização e engajamento;
- b) atuar em conjunto e em complementação com os demais Coordenadores sempre que necessário;

Artigo 32 . O **Instituto** será representado ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, mediante a assinatura:

- a) do Coordenador Geral;
- b) de dois Coordenadores em conjunto; ou
- c) de procurador com poderes específicos, constituído nos termos deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas pelo **Instituto** serão sempre assinadas por dois Coordenadores e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade de no máximo 2 (dois) anos.

Artigo 33 . Os Coordenadores desempenharão suas respectivas funções e atribuições nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único. A Coordenadoria Executiva poderá contratar profissionais capacitados e com experiência profissional específica para o cumprimento das atividades e projetos do **Instituto**.

Artigo 34 Os Coordenadores do **Instituto** poderão receber remuneração em valor fixado pela Assembleia Geral, respeitados como limite máximo os valores praticados pelo mercado em

sua área de atuação.

Seção III - Do Conselho Fiscal

Artigo 35 . O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização do **Instituto** formado por até 03 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral, associados ou não, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, os quais não poderão ocupar simultaneamente outro cargo nos órgãos de administração, bem como não poderão receber qualquer remuneração.

Artigo 36 . Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir pareceres sobre prestação de contas e balanço anual do **Instituto**, para que possam ser apresentados à Assembleia Geral Ordinária, sendo certo que compete ao Conselho Fiscal opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Artigo 37 . O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente por convocação da Coordenadoria Executiva e, extraordinariamente, por convocação de qualquer de seus membros, sendo dispensada a convocação no caso de comparecimento de todos os seus membros.

Parágrafo Único. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pela maioria simples de seus membros.

Seção IV – Do Conselho Consultivo

Artigo 38 . O Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento, será composto por um número ilimitado de membros, associados ou não, brasileiros ou estrangeiros, eleitos pela Assembleia Geral para cumprir mandato de 03 (três) anos.

Parágrafo 1 Cabe ao Conselho Consultivo subsidiar as atividades do **Instituto** com dados, análises, estudos, opiniões e pareceres, solicitados por quaisquer dos membros da Coordenadoria Executiva do **Instituto** ou pela Assembleia Geral.

Parágrafo 2 Os membros do Conselho Consultivo não poderão ocupar simultaneamente outro cargo nos órgãos do **Instituto**, bem como não poderão receber qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Seção V - Da Renúncia e Exclusão de Coordenadores ou Conselheiros

Artigo 39 . O **Instituto** adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 40 . A perda de qualidade do membro da Coordenadoria Executiva, dos Conselhos Fiscal e Consultivo será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, reconhecida em procedimento disciplinar, quando restar comprovado:

- a) dilapidação ou malversação do Patrimônio Social;

- b)grave violação deste Estatuto Social;
- c)ausência não justificada às reuniões e às assembleias para as quais for convocado, durante o prazo de 1 (um) ano; e
- d)aceitação de cargo incompatível com o cargo exercido na entidade.

Parágrafo 1 Definida a justa causa, o Coordenador ou Conselheiro será comunicado, por meio de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo 2 Decorrido o prazo referido no parágrafo acima, a representação será submetida à deliberação da Assembleia Geral, devidamente convocada conforme estabelecido neste Estatuto Social, garantido o amplo direito de defesa do Coordenador ou Conselheiro em Assembleia Geral.

Artigo 41 . O membro do Conselho Fiscal ou do Conselho Consultivo que quiser renunciar a seu cargo, o deverá fazer por meio de documento escrito endereçado à Coordenadoria Executiva, a qual deverá submetê-lo à homologação da Assembleia Geral no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. No caso de renúncia coletiva dos membros da Coordenadoria Executiva e/ou do Conselho Consultivo ou Fiscal, qualquer dos Associados poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária para realizar novas eleições, sendo que os eleitos nestas condições complementarão o mandato dos renunciantes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42 . O exercício financeiro e fiscal do **Instituto** coincidirá com o ano civil.

Artigo 43 . A escrituração do **Instituto** deverá ser realizada de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Artigo 44 . A dissolução do **Instituto** poderá ocorrer quando for verificada a vontade dos Associados ou qualquer causa que impossibilite de forma definitiva o cumprimento de seu objeto social, por decisão da Assembleia Geral, especificamente convocada para deliberar sobre esse assunto, nos termos do presente Estatuto Social.

Artigo 45 . São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação ao **Instituto**, os atos de qualquer dos associados, integrantes dos Conselhos, Coordenadores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais do **Instituto**.

Artigo 46 O Associado que se retirar ou for excluído não fará jus a qualquer restituição ou reembolso de contribuições associativas ou doações eventualmente efetuadas ao Instituto.

DocuSign Envelope ID: 14BED9FE-6AF2-46E1-B892-E53C362E5BEC

Parágrafo Único. As pessoas físicas ou jurídicas que contribuírem com o Instituto, por meio de doações ou qualquer outro tipo de contribuição pecuniária, também renunciarão expressamente, por si e seus herdeiros e sucessores, no ato de formalização da doação ou contribuição feita, a qualquer tipo de reembolso, mesmo em caso de extinção ou liquidação do Instituto.

Artigo 47 . Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.

Artigo 48 . Os Associados elegem o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Estatuto Social, que não possam ser definidas pela Assembleia Geral.

São Paulo, 1º de março de 2023

DocuSigned by:

Ariela Doctors

8779033DFB7C488...

Ariela Doctors

Presidente da Assembleia

DocuSigned by:

Erika Espindola Fischer

B374F110202C407...

Erika Espindola Fischer

Secretária da Assembleia

DocuSigned by:

BIANCA CAROLINE DOS SANTOS WAKS

9380F09D32D6420...

Bianca Caroline dos Santos Waks

OAB/SP 405.768

Página 000033/000089 Registro Nº 165.458 19/09/2023	Protocolo nº 183.032 de 19/09/2023 às 17:03:02h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 165.458 em 19/09/2023 e averbado no registro nº 157.713 neste 2º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo . Assinado digitalmente por Douglas Soares Saugo - Substituto do Oficial.									
	Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
	R\$ 670,52	R\$ 191,29	R\$ 130,62	R\$ 35,42	R\$ 45,66	R\$ 32,37	R\$ 14,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.119,93

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	28/8/2023 12:28
Entrega certificada	Segurança verificada	1/9/2023 10:14
Assinatura concluída	Segurança verificada	1/9/2023 10:14
Concluído	Segurança verificada	1/9/2023 10:54
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

